



PROTOCOLO

entre

**AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES
(ANACOM)**

e

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
(IPB)**



ENQUADRAMENTO

Portugal constitui uma referência internacional em matéria de normas técnicas para infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED) e em espaços públicos (loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios - ITUR). Esta realidade constitui um fator crítico para o desenvolvimento económico em geral e para o sector de comunicações em particular, na medida em que, por um lado, estimula a criação de uma indústria de equipamentos (armários, bastidores, cabos, conetores, etc.), a qual tem evidenciado uma significativa força exportadora, e, por outro, contribui para a redução de barreiras ao desenvolvimento do negócio dos operadores de telecomunicações, dado que lhes reduz a incerteza tecnológica, contribui significativamente para a redução da componente OPEX e fomenta uma maior eficiência operacional.

Os manuais ITED e ITUR são desenvolvidos e aprovados pela ANACOM, em função da evolução normativa técnica europeia, tendo em consideração a necessidade de adequação aos diversos contextos dinâmicos da indústria da construção e da realidade socioeconómica nacional, nomeadamente quanto ao paradigma da requalificação de edifícios.

A esta nova realidade devem juntar-se as variáveis associadas aos futuros desenvolvimentos das redes 4G e dos sistemas de produção de distribuição de energia – *Smart Grids* –, em ambos os casos com forte implicação (e elevada dependência) das redes de nova geração (fibra ótica).

A partir do contexto caracterizado, de forma sintética, pode inferir-se que uma gestão proactiva do processo de criação de condições regulatórias, tendente a estimular o desenvolvimento económico do país, exige uma gestão dinâmica da inovação tecnológica e das melhores soluções regulatórias para o sector. A integração de trabalho científico e de investigação desenvolvido pelas instituições de ensino



superior, em colaboração contínua com a ANACOM, apresenta, conceitualmente, um potencial de fomento de inovação, o qual se alinha com os objetivos estratégicos da ANACOM, uma vez que facilita a obtenção de uma visão prospetiva mais próxima da futura realidade, reduz o risco de opções tecnológicas desadequadas e otimiza o processo de tomada de decisão.

Nestes termos, e considerando:

1. A importância que as regras técnicas consagradas no Manual ITED e no Manual ITUR têm para o desenvolvimento do sector das comunicações eletrónicas, bem como a constante evolução das tecnologias de acesso, a diversidade de serviços e a crescente exigência dos consumidores;
2. Que a ANACOM, no âmbito das suas atribuições, tem a preocupação de se manter atualizada no que concerne à evolução técnica relativa às infraestruturas de telecomunicações, bem como de perspetivar futuras soluções, as quais exigem massa crítica especializada e dedicação à investigação;
3. Que a ANACOM considera essencial a ligação às universidades como uma das formas de potenciar futuras investigações de interesse para a sua atividade;
4. Que existe um conjunto de instituições de ensino superior onde não só se ministram cursos sobre matérias relacionadas com comunicações eletrónicas, mas também se efetuam trabalhos de investigação, nomeadamente em cursos superiores de 1º ciclo, mestrados e doutoramentos, reconhecendo-se que se trata de entidades com vocação para a concretização de trabalhos de desenvolvimento e inovação;
5. Que a ANACOM e o Instituto Politécnico de Bragança consideram de interesse estratégico, para a prossecução das suas missões, a cooperação em ações de investigação, desenvolvimento, formação e assessoria técnica, na área das infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED) e em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios (ITUR),



entre

PRIMEIRO OUTORGANTE

Autoridade Nacional de Comunicações, adiante designada por ANACOM, pessoa coletiva n.º 502017368, com sede na Avenida José Malhoa, n.º 12, 1099-017 Lisboa, representada pela Professora Doutora Fátima Barros, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o ato,

e

SEGUNDO OUTORGANTE

Instituto Politécnico de Bragança, através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, doravante designada por IPB-ESTiG, pessoa coletiva n.º 600013758, com sede no Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, representado pelo Professor Doutor Albano Agostinho Gomes Alves, na qualidade de Diretor da IPB-ESTiG, com poderes para o ato,

é celebrado o presente protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Finalidade e âmbito

- 1- Pelo presente protocolo a ANACOM e o IPB-ESTiG, primeiro e segundo outorgantes, estabelecem uma cooperação com vista a potenciar as sinergias existentes em cada instituição, por forma a concretizar o desempenho das suas missões de interesse geral, acima identificadas.
- 2- A cooperação estabelecida processar-se-á através de ações conjuntas tendentes a promover projetos de investigação e desenvolvimento, bem como assessoria técnico-científica nas áreas de ITED e ITUR.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'VFS', is located in the bottom right corner of the page.



Cláusula 2ª

Ações de investigação e desenvolvimento

- 1- Os outorgantes promoverão ações que visem o desenvolvimento de projetos de investigação, envolvendo elementos das duas instituições e de acordo com plano anual a definir nos termos do n.º 3 da cláusula 5ª.
- 2- Inserem-se nestas ações a concretização de projetos de investigação e desenvolvimento, nomeadamente a realização de projetos finais de curso, dissertações de mestrado e de doutoramento, nos termos acordados por ambos os outorgantes e relacionados com ITED e ITUR.

Cláusula 3ª

Obrigações da ANACOM

- 1- O primeiro outorgante compromete-se a apoiar o segundo na delimitação de temas relevantes para o desenvolvimento de projetos de investigação e desenvolvimento, facultando o seu acervo bibliográfico e documental técnico, relativo às matérias objeto do presente protocolo, bem como o acompanhamento, através de esclarecimento de dúvidas pelos seus técnicos, da elaboração das dissertações referidas e trabalhos referidos.
- 2- Em casos especialmente identificados, o primeiro outorgante poderá permitir a presença de investigadores nas suas instalações, nomeadamente para estágios de caráter profissional de curta duração, ao abrigo da legislação em vigor.
- 3- Os trabalhos resultantes dos projetos de investigação e desenvolvimento poderão ser publicados pelo primeiro outorgante, sem qualquer contrapartida recíproca, nomeadamente no seu sítio eletrónico, podendo os seus autores ser convidados a participar em seminários e conferências sobre a temática ITED/ITUR, organizados, promovidos ou apoiados pelo primeiro outorgante.

Cláusula 4ª

Obrigações do IPB-ESTiG

- 1- O segundo outorgante compromete-se a promover a realização de projetos finais de curso, dissertações de mestrado e de doutoramento, pelos seus alunos, nas temáticas acordadas e relacionadas com ITED e ITUR.
- 2- Para este efeito, o segundo outorgante compromete-se a sugerir temas a desenvolver pelos seus investigadores, comunicando-os ao primeiro outorgante.
- 3- Os custos com a realização de trabalhos, estágios ou outras ações, no âmbito deste protocolo, bem como os seguros legalmente exigidos, são da responsabilidade do segundo outorgante.
- 4- O segundo outorgante compromete-se a obter todas as autorizações necessárias para a publicação dos trabalhos.

Cláusula 5ª

Comissão de acompanhamento

- 1- Os outorgantes criarão uma comissão de acompanhamento, para assegurar a implementação, concretização e gestão do presente protocolo, a qual será constituída por um representante de cada instituição.
- 2- Os outorgantes deverão nomear um representante e um representante substituto, podendo os mesmos ser substituídos com informação aos restantes.
- 3- À comissão de acompanhamento compete definir as linhas gerais e os objetivos a concretizar em cada ano, promover as ações necessárias ao cumprimento do plano de cooperação, promover a elaboração de um relatório das atividades realizadas, incluindo a análise dos meios financeiros ou outras despesas em ações por cada entidade, avaliar as atividades realizadas e introduzir aperfeiçoamentos nas linhas gerais e nos objetivos definidos.
- 4- A comissão de acompanhamento reunirá ordinariamente duas vezes por ano, podendo ser convocada reunião extraordinária sempre que se justifique.



Cláusula 6.^a

Duração e entrada em vigor

O presente protocolo tem a duração de um ano, renovável automaticamente, e entra em vigor na data da sua assinatura.

Cláusula 7.^a

Rescisão

Qualquer dos outorgantes poderá rescindir este protocolo, mediante notificação por escrito à outra parte com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da conclusão dos projetos em curso.

Cláusula 8.^a

Confidencialidade

Os outorgantes comprometem-se, mutuamente, a manter confidencialidade sobre todas as informações – sejam elas de natureza técnica, científica, comercial ou outra – de que venham a tomar conhecimento em função do relacionamento objeto do presente protocolo, não podendo usar essas informações confidenciais a não ser no enquadramento específico deste protocolo.

Cláusula 9.^a

Dúvidas e omissões

Os outorgantes comprometem-se a resolver entre si quaisquer dúvidas, omissões ou dificuldades de interpretação que possam resultar da execução do presente protocolo.

Cláusula 10.^a

Foro

- 1- O presente protocolo rege-se pela lei portuguesa.
- 2- Para a resolução de eventuais litígios é competente o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



Cláusula 11.ª

Disposições finais

- 1- As cláusulas previstas no presente protocolo podem ser objeto de alteração por comum acordo entre os outorgantes, mediante documento escrito assinado pelos seus representantes legais.
- 2- Qualquer alteração introduzida nos termos do número anterior será efetuada em aditamento ao presente protocolo.

Lisboa, 19 de maio de 2016

ANACOM

Fátima Barros
Presidente do Conselho de Administração

